

QUESTÃO Nº: 21 - PROVA: LEGISLAÇÃO – NÍVEL D (Exceto assistente em administração)
32 - PROVA: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

ARGUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S):

Dois candidatos interpuseram recurso diante do contido na questão 32, abaixo transcrita, requerendo a anulação da questão, alegando, em síntese, que: a afirmativa '2' está errada; que a afirmativa 4 igualmente está errada, porque o pregão pode ser utilizado para obras e, portanto, a questão deveria ser anulada.

32. A Lei 10.520/2002 instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada *pregão*, que tem por objetivo reger a aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública. O Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, aprovou o regulamento para essa modalidade. Já o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, regulamentou o pregão na forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns. Tendo em vista o conteúdo das citadas legislações, considere as seguintes afirmativas:

- 1. Para efeitos da Lei 10.520/2002, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser definidos pelo edital, seja objetiva ou subjetivamente.**
 - 2. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, poderão adotar a modalidade de pregão.**
 - 3. Tal qual ocorre nos procedimentos de licitação regulamentados pela Lei nº 8.666/1993, com o objetivo de preservar o interesse público, o edital preverá que cada participante interessado no objeto do certame apresente a devida garantia da proposta e, também, que eles façam a devida aquisição do respectivo edital. Assim, todos terão ciência das regras do procedimento.**
 - 4. A licitação na modalidade pregão, tanto na forma presencial como na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.**
- Assinale a alternativa correta.**
- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
 - b) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
 - c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
 - d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 - e) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

FUNDAMENTAÇÃO:

Não assiste razão aos recorrentes pelas razões que seguem:

A alternativa 2 está correta, porque corresponde exatamente ao contido no artigo 11 da Lei nº 10.520/2002: “ As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico”.

Ainda, quanto a alternativa 4, ela também está correta, pois se coaduna com o contido no artigo 5º do Decreto 3.555/2000 (pregão presencial): “A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração”. O mesmo impedimento está previsto no artigo 6º do Decreto Federal nº 5.450/2005 (pregão eletrônico):“A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral”.

Ainda, o contido na alternativa 4 vai de encontro com a Súmula 257/2010 do TCU que

possibilitou a utilização do pregão somente para serviços comuns de engenharia.

Diante disso, registra-se que a proibição do pregão para obras e serviços de engenharia continua. A única exceção aberta pelos órgãos de controle envolve a realização de **serviços de engenharia de natureza comum**; para obras e serviços de engenharia de natureza não comum, não há que se falar em pregão. Assim, quando a Administração Pública Federal realiza obras e serviços de engenharia, serviços estes que não sejam de natureza comum, deve realizar licitação por meio das modalidades tradicionais (concorrência, tomada de preços ou convite)

Agora, com o Regime Diferenciado das Contratações Públicas (RDC) tem-se vislumbrado a realização do pregão (presencial e eletrônico) para obras. Porém essa disciplina não foi objeto do conteúdo programático no Edital.

CONCLUSÃO:

- MANTER A QUESTÃO COMO DIVULGADA NO GABARITO.
- ALTERAR A RESPOSTA DA QUESTÃO. A RESPOSTA CORRETA É A LETRA ____.
- ANULAR A QUESTÃO.